

A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Sérgio L. V. de Miranda

RESUMO: Como uma das regiões de colonização mais recente, com apenas trinta anos de início da implantação do primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC), o de Ouro Preto do Oeste, Rondônia teve, ao longo do tempo, problemas sérios de pressão antrópica sobre as áreas definidas como de conservação e preservação ambiental. O próprio modelo de colonização adotado, sendo uma estratégia estatal, em que o Estado muitas vezes ficou a reboque da ocupação, levou centenas de pessoas a se assentarem em áreas frágeis ou no entorno de Unidades de Conservação federais, estaduais, criadas mais recentemente ou das Terras Indígenas, cuja população teve suas áreas mais afetadas desde o início da ocupação do território hoje pertencente ao estado de Rondônia. Neste artigo será apresentada, de forma reduzida, como se deu a colonização no Brasil, em Rondônia e a influência dessa ocupação sobre as Unidades de Conservação estaduais e federais, seus problemas e possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, Conservação, Rondônia.

ABSTRACT: As one of the areas of more recent colonization, with only thirty years at the beginning of the implantation of the first Integrated Project of Colonization (PIC), the one of Ouro Preto of the West, Rondônia had, along the time, serious problems of pressure antrópica on the defined areas as of conservation and environmental preservation. The own colonization model adopted, being a state strategy, in that the State many times it was to it tows of the occupation, it took hundreds of people the if they seat in fragile areas or in I spill him/it of Units of Conservation federal, state, maids more recently or of the Indigenous Lands, whose population had your more affected areas today since the beginning of the occupation of the territory belonging to the state of Rondônia. In this article it will be presented, in a reduced way, as he/she felt the colonization in Brazil, in Rondônia and the influence of that occupation on the Units of Conservation state and you federate, your problems and possible solutions.

KEYWORD: Colonization, Conservation, Rondônia.

**Trazendo de países distantes nossas formas
de convívio, nossas Instituições, nossas
idéias, e timbrando em manter tudo isto em
ambiente muitas vezes desfavorável e hostil,
somos ainda hoje uns desterrados em nossa
terra.**

(Sérgio Buarque de Holanda)

**A imposição, nas décadas anteriores, dos
órgãos governamentais de induzirem os
colonos a destruírem a floresta sob
pretexto de transformar Rondônia em um
novo cenário de modernização agrícola
no estilo do Centro – Sul do País, também
deveria ser
principal alicerce de uma sociedade rural
próspera. Hoje, cima de tudo, esta
natureza é vista como degradada por
práticas inadequadas ao ambiente
amazônico.**

(José Januário de Oliveira Amaral)

Similar ao processo de expansão da colonização no Brasil, Rondônia foi um dos últimos territórios a ser “conquistados” pelos colonizadores.

A ocupação do atual estado, não é muito diferente da que ocorreu no restante do país desde sua ocupação pelos portugueses, a partir de 1500. O que mudou foi a época e os meios utilizados para tal ação, deixando-se de utilizar a mão-de-obra escrava, por exemplo, para se passar a agricultura familiar e com mão-de-obra assalariada.

O Brasil, como fruto da expansão dos Impérios Mercantis salvacionistas, baseados na fé, na religião, dos quais Portugal, no nosso caso e Espanha, no caso do restante da América Latina, ou espanhola, são exemplos, é colonizado por uma Portugal “(...) que vinha explorando a costa africana desde o começo do século XV (...)” (RIBEIRO, 1987: 130), tentando implantar uma “ cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar “ (HOLANDA, 2000: 31).

No Brasil, se herdou a cultura autoritária trazida pelos povos ibéricos, tendo como alicerces a questão religiosa e a mercantilização. Com seus conceitos e dogmas, os europeus nos abarrotaram, durante o processo de colonização, de ícones, que como dizia Darcy Ribeiro, nos transformou em “ninguenada”, os quais

até os dias de hoje são seguidos e servem de orientação para milhões de pessoas. A era da iconoclastia, ou seja, destruição dos ícones, foi iniciada com Copérnico, afirmando que a Terra era redonda, e depois continuada por Darwin, com sua teoria da evolução das espécies, e Freud, criador da Psicanálise, e se estendeu por todo o século, até os dias de hoje. Mas, esta idéia de iconoclastia, como tem a ver com descolonização, sempre foi procurada ser deixada de lado, repudiada pelos colonizadores e pelas classes dominantes, pois com tais ícones era mais fácil dominar aqueles que eram analfabetos.

A Europa, origem dos povos que colonizaram a América, aos poucos se “transfigura ideologicamente, aprofundando o movimento de renovação inaugurado com o Renascimento e intensificado pela Reforma. Nas áreas em que mais amadurecera o Capitalismo Mercantil, quebram-se as velhas hierarquias religiosas e enseja-se um amplo movimento de secularização” (RIBEIRO, 1987:144), abrindo espaço para a era industrial. A mão-de-obra se transforma em um “bem livremente negociável” (ibid.), Os “excedentes” da população, oriundos de um crescimento e distribuição de renda desordenados, “se devem exportar como emigrantes” (ibid.). Ou seja, a Europa mercantil é um cadinho de culturas e problemas, que transbordou, originando a colonização de além mar. Além de trazer todos estes problemas para o país que se iniciava, é desenvolvido no país um modelo de agricultura que, se arrastou pelos séculos, chegando aos nossos dias, com faceta moderna, mas com muitos dos mesmos problemas, como: latifúndios, sem-terra, baixo nível de educação, baixo ou nenhum salário, plantio de cultivos de exportação, cana de açúcar, no início, depois café e hoje, principalmente soja, o que provocou inchaço das grandes cidades, favelas, e todos os problemas sociais vivenciados atualmente.

Contrariamente a China, que até o século XVI, era auto-suficiente em cultura, materiais originários de ferro, etc., e que fechou seus portos neste período, somente abrindo-os novamente, quando os ingleses forçaram esta abertura, na base de confrontos, a Europa produziu uma cultura dinâmica, baseada em uma revolução agrária, social, ideológica, de cunho racionalista, embora a bandeira tenha sido levar a fé, mas com fundamento mercantil.

A Revolução Mercantil, que gerara o maior movimento expansionista da história humana tendente a unificar o mundo inteiro num só sistema de intercâmbio econômico, experimenta nesse passo, um

movimento oposto de segmentação dos povos em entidades étnico-nacionais carregadas de hostilidade umas para com as outras. O mesmo processo civilizatório que alargara o mundo, pondo todos os povos em contato, e que ampliara o âmbito interno de cada sociedade pelo rompimento de barreiras regionais, encontra seu termo nas fronteiras nacionais (RIBEIRO, 1987:146).

Com a Revolução Industrial, impõe-se uma nova cultura na Europa, passando o ser humano a ser mais uma “peça” nas fábricas e trabalhando como um “robô”, com salários e jornadas de trabalho aviltantes, condições de trabalho degradantes, o que provocou, aos poucos, reação e conquistas que são válidas até os dias de hoje, como jornada de trabalho de oito horas, salários de acordo com o nível de escolaridade do trabalhador, entre outras. Embora, no mundo capitalista, na relação de trabalho, quem sempre fica com a maior e melhor parte, é o empresário.

Mas, no princípio, não se achava que na terra recém descoberta pudesse surgir alguma atividade proveitosa, porém o “espírito empreendedor daqueles aventureiros conseguiu encontrar algo que poderia satisfazer suas ambições” (PRADO JR., 1970:24). Foi justamente a exploração do pau-brasil, seguida da cana de açúcar e outros produtos agrícolas, além do ouro, diamante, etc., que os colonizadores puderam obter da nova terra e perpetuar a sua descendência, com um alto grau de miscigenação.

Com o início da colonização do Brasil, formou-se uma *“sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição” (FREYRE, 1997: 4). Uma sociedade baseada, inicialmente, no ciclo do açúcar, trazendo a formação da matriz cultural do brasileiro: família patriarcal, escravocrata ligada as plantações de açúcar, ou seja, uma formação agrícola.*

Diferentemente dos colonizados pelos espanhóis, os que nasciam e se formavam na colônia portuguesa, tinham um grau de rebeldia maior, não acatando facilmente as ordens da Coroa Portuguesa e mesmo da Igreja Católica, o que provocou, por diversas vezes, conflitos, que, na maioria das vezes, são passados às gerações futuras, pelas classes dominantes, como sendo estes os heróis. Mas esta sempre foi a versão deles, ou seja, nunca foi transmitido nas escolas brasileiras quem eram os causadores e quais os motivos reais dos conflitos.

A formação do povo brasileiro começou a ser plasmada em função da cana-de-açúcar, sendo que o apogeu da venda do açúcar se deu por volta de 1650, trazendo com isto riqueza para a casa grande e mais trabalho e, na maioria das vezes, sofrimento para a senzala. Tudo que os habitantes europeus e seus descendentes precisavam na Colônia, vinha de fora, ou seja, da Metrópole.

Os portugueses tinham facilidade em se misturar com outras raças, fruto da sua origem, uma vez que na Península Ibérica haviam diferentes povos convivendo, pacificamente ou não, dependendo da ocasião, havia séculos. Por isto, a miscigenação era tão grande, não só com os indígenas, inicialmente, mas também com os negros, que vieram mais tarde, havendo com isto uma enorme troca cultural e, ao contrário do que ocorreu na colonização do atual Estados Unidos da América, a colonização no Brasil provocou uma enorme mistura étnica,

Não se preocupando com a pureza da raça, questões religiosas e políticas, os portugueses mantiveram o vasto território pelo uso da força, em diversos casos, alcançando uniformidade da língua e religião.

O negro escravo e a cana-de-açúcar fundamentavam a colonização aristocrática e esta estrutura básica do coronelismo se perpetuou durante os ciclos do ouro e do café.

O colono, no Brasil, tinha uma liberdade muito grande, pois os centros do poder se encontravam distantes, muitas vezes, dele, facilitando suas ações.

O senhor de engenho tinha tanto poder, que o que ele ordenava era lei, e este poder era asfixiante, que em conjunto com a mão forte do Governo, mantinha mais forte esta asfixia sobre a sociedade, que era, na realidade, uma asfixia da consciência individual, fato contrário ao que ocorria nos Estados Unidos da América, de colonização protestante, que tinham o trabalho e a organização como principais fatores para o seu crescimento.

A economia açucareira fez com que surgisse no Brasil uma tradição latifundiária, que até nossos dias persiste, sendo que o maior exemplo deste fato é a Região Nordeste, onde os agricultores não tiveram acesso a terra e que foi, ao longo dos séculos, formatado numa cultura latifundiária.

O parasitismo do Estado e a tendência autoritária da cultura católica ibérica, em conjunto com o patriarcalismo, provocaram uma atrofia no setor privado, observada na medida em que o país se consolida. Atrofia que reflete até nossos

dias. O patriarcalismo, nesta época é formado de paternalismo, de um lado, e autoritarismo de outro, e o empresariado que se forma, tem caráter familiar.

Apesar do pacto colonial, contestavam-se as ordens da Metrópole, mas a iniciativa econômica não é desenvolvida pelos particulares, setor privado, ficando à mercê do Estado e as iniciativas modernizantes que existiam, eram oriundas, hierarquicamente, de cima para baixo, ou seja, sem discussão com os principais interessados, era imposta pelo Estado e/ou pela classe dominante. Somente em finais do século XIX e início do XX, é que com a imigração principalmente italiana, começam a surgir iniciativas particulares, mas que somente durante o século XX se consolidam. Desta maneira, se forma no Brasil um estado urbano, com uma economia agrícola, que só com capital estrangeiro, empréstimos, é que consegue se industrializar. Mas, inicialmente, são implantadas indústrias que não competem com a dos países do chamado primeiro mundo, pelo contrário, as complementam, pois com suas vendas o retorno de capital é cada vez maior.

A ocupação em Rondônia.

O processo de colonização em Rondônia não foi diferente, na forma e estratégia empregadas, do que ocorreu no Brasil. Apenas os métodos foram outros. Desta vez, se tinha um órgão governamental, Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, última denominação, que apoiava a ocupação do estado, incentivada pelo Governo Federal.

Este processo de ocupação do atual estado de Rondônia, foi uma "(...) estratégia estatal, mas realizado por milhares de migrantes, cuja iniciativa influenciou na ação do Estado e é hoje dominante" (Becker,1985). O Estado sempre esteve a reboque do povoamento (Becker,1985), obtendo com isto uma ocupação rápida do seu território.

No final da década de 60, a ocupação de algumas áreas por colonizações particulares, como a Urupá, em Ji-Paraná, e da família Melhorança, em Espigão do Oeste, foi incentivada, inicialmente, mas reprimida depois, quando do início da colonização oficial, que aproveitou muitas das infra-estruturas realizadas, como estradas vicinais. Porém, somente utilizando a força, é que, como exemplo, foi conseguido que a colonização da família Melhorança parasse suas atividades.

Com o início da colonização oficial, com o Projeto Integrado de Colonização, em Ouro Preto do Oeste, no início da década de 70, o processo de ocupação do território do atual estado de Rondônia, utilizando agricultores vindos de outros estados, principalmente do Centro – Sul do país, é definitivamente deflagrado. Depois deste, e sucessivamente, vieram os demais projetos de colonização, regularização fundiária e assentamento dirigido, que na maioria das vezes, baseados em estudos do próprio INCRA ou outros órgãos governamentais, assentavam pessoas em terras inóspitas, estranhas para eles, com vegetação e solos desconhecidos, para utilizar técnicas agrícolas antiquadas e inadequadas à região.

A ocupação de novas áreas, que não estavam previstas inicialmente no planejamento dos órgãos governamentais, como as regiões da BR 429, em direção a Costa Marques e BR 421, em direção a Buritis, provocou a abertura de áreas para a colonização, que se não totalmente impróprias para o estabelecimento da agricultura tradicional, faziam parte de ecossistemas frágeis, como os da região do Guaporé, além de estarem no entorno de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Exemplos de conflitos oriundos destas regiões são as invasões ocorridas na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em São Miguel do Guaporé e Seringueiras, até que se instalasse postos fixos da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com apoio da Polícia Federal e do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia, que mesmo assim não evitaram totalmente as invasões ocasionais, e na Floresta Nacional do Bom Futuro e Reserva Extrativista Jaci – Paraná, em Buritis. Esta última região teve um fluxo migratório grande nos últimos cinco anos, voltado para a retirada de madeira e ocupação de terras, o que provocou a invasão da Floresta Nacional Bom Futuro, gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, até mesmo com a instalação, ilegal, de uma vila em seu interior, na fronteira Oeste da referida Unidade.

As Unidades de Conservação no Brasil e em Rondônia.

A criação de Unidades de Conservação em todo o Brasil, em especial na Região Amazônica, sempre foi vista pelos “desenvolvimentistas” como um empecilho

ao “crescimento econômico”. Porém a partir da década de 70, iniciou-se um movimento em todo o planeta, sobre a questão ambiental, e no nosso país, com apoio de instituições internacionais, o tema meio ambiente foi cada vez mais sendo discutido. Após praticamente duas décadas de discussões, com a ECO –92, surgiram diversas organizações não governamentais, que entre outras coisas, desejavam a manutenção dos ecossistemas frágeis e/ou únicos nas Unidades de Conservação e a sobrevivência, com dignidade, das populações tradicionais.

Durante o século passado foram criadas diversas Unidades de Conservação, embora outras tenham sido extintas, como, por exemplo, os Parques Nacionais de Paulo Afonso (1969) e de Sete Quedas (1981), provocadas pela inundação da Usina de Sobradinho e para a construção da hidrelétrica de Itaipu, respectivamente (Horizonte Geográfico, 1998).

As Unidades que foram criadas neste período, não tiveram seus limites respeitados e, freqüentemente, foram invadidas, descaracterizando, muitas vezes, completamente áreas frágeis ou de belezas cênicas inigualáveis (ibid).

As Unidades de Conservação sofrem danos das mais diversas formas, como: invasão para retirada de madeira, palmito e outros produtos extrativos, para especulação, para caça e pesca predatórias e ilegais, entre outros. Contribuem para isto, a carência de recursos humanos lotados nas Unidades, demarcação antiga ou inexistente, poucos recursos materiais e precária identificação, orientação e sinalização, contribuindo para a descaracterização de muitas dessas áreas, causando sérios prejuízos ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao próprio homem, provocando extermínio de espécies da fauna e flora.

A partir de 1988, com a instituição da 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico – Ecológico, com o Decreto n.º 3782 daquele ano e, posteriormente, com a Lei n.º 52 de 1991, diversas Unidades de Conservação estaduais foram propostas e estabelecidas. Foram criadas mas não implantadas efetivamente, sendo alvo inúmeras vezes de ações ilegais, provocando a degradação dessas áreas e, não raro, sua descaracterização, tornando-as inadequadas para a preservação e conservação do meio ambiente.

As unidades federais, criadas a partir de 1961, com as Reservas Florestais Jarú e Pedras Negras, posteriormente transformadas nas Reservas Biológicas Jarú e Guaporé, em 1979 e 1982, respectivamente (RONDÔNIA, Projeto de Fiscalização

Preventiva, 2000), também sofreram, ao longo do tempo, ações danosas aos seus estoques ambientais.

Com recursos do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, empréstimo do Banco Mundial, foi possível ao Governo Federal proceder o asfaltamento da BR 364, que liga Porto Velho (RO) a Cuiabá (MT), e implantar a infra-estrutura de apoio aos agricultores já assentados, em processo de assentamento e/ou que estivessem tendo a regularização fundiária das terras que ocupavam, provocando uma maior pressão sobre as Unidades de Conservação existentes, pois diversas dessas Unidades foram criadas próximas aos assentamentos e estes também o foram.

Substituindo o POLONOROESTE, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFORO, contratado em 1992 e iniciados os primeiros desembolsos em 1993, apoiou inúmeras ações de proteção às Unidades de Conservação federais, estaduais e Terras Indígenas, como levantamentos socioeconômico-fundiários, demarcação de todas as Unidades estaduais e de praticamente todas as Terras Indígenas, faltando apenas duas que estão interditadas, por existirem vestígios de índios isolados nelas, atividades de monitoramento e fiscalização ambiental, aquisição de materiais e equipamentos, reforma e construção de sedes e postos de vigilância, entre outras. Mas, os recursos deste Programa nem sempre eram liberados na época certa e no montante programado, em função dos cortes que o Governo Federal fazia, em virtude das prioridades eleitas para as diversas regiões do Brasil, prejudicando seriamente a aplicação dos recursos na área ambiental no Estado. Com a instituição pelo Governo do Estado da Lei 233 de 06/06/2000, do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado, na escala de 1:250.000, essas áreas foram mantidas, e quaisquer alterações em seus limites, somente poderão ser realizadas por novo projeto de lei e com estudos tão ou mais detalhados quanto os que subsidiaram a elaboração da referida lei, o que impede, pelo menos parcialmente, a mudança conforme a vontade dos políticos.

Além disto, há outras prioridades no âmbito dos Governos federal e estadual, como por exemplo abertura e asfaltamento de estradas, construção de escolas e postos de saúde, entre outras, o que relega as atividades ligadas ao meio ambiente a um plano secundário. Em função da liberação dos recursos do PLANAFORO, que sofria a supervisão do Ministério da Integração Nacional – MIN e do Banco

Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Governo do Estado tinha compromissos assumidos nos Acordos de Empréstimo e de Projeto, de manter as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, porém as atividades nessas áreas ocorrem de forma lenta, em função da liberação dos recursos, pessoal e materiais disponíveis para tal execução.

O ser humano não percebe que continuando o atual ritmo de desmatamento, destruirá uma rica biodiversidade, que leva com ela dezenas de milhares de substâncias e princípios ativos que poderiam ser utilizados para a pesquisa farmacológica, cosmética e medicina, ou mesmo para utilização na cura de doenças do próprio homem, que só ao final do século passado iniciou o reconhecimento e valorização destes recursos.

Criadas pelo Estado, União ou Municípios, as Unidades de Conservação são sempre alvo de vândalos, que freqüentemente as atacam, levando com eles parte da nossa sobrevivência. Leis que as criam, regulamentam seu uso e as protegem não faltam. Porém, cumpri-las e fazer que sejam cumpridas é que tem sido o problema.

No estado de Rondônia existem quarenta e uma Unidades de Conservação estaduais e dez federais, em diversas categorias, tais como Parques, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado e Floresta Nacional, e vinte e uma Terras Indígenas, abrangendo 34,95% da área total do estado, correspondendo a 8.336.790,07 ha. Muitas pessoas não entendem qual o objetivo de se manter uma Unidade de Conservação e nem qual o papel social de uma Terra Indígena, achando que essas áreas devem ocupar locais de baixa ou nenhuma fertilidade, isto é, sem utilidade. Mas, quando se define uma área como Unidade de Conservação, seja de qual categoria for, o motivo não é só de se preservar áreas intactas, porque lá a vegetação nativa é bonita, porque há muitos animais, etc., mas porque representam ecossistemas únicos, frágeis ou de uma importância relevante, como a Serra dos Pacaás Novos, abrangida pelos Parques Estadual Guajará Mirim e Nacional Pacaás Novos, onde nascem a maioria dos rios que drenam para os rios Madeira e Guaporé. Este tipo de visão errônea, leva representantes da população, muitas vezes formadores de opinião, a movimentarem-se contra a criação e manutenção de

Unidades de Conservação, induzindo a população em geral a achar que essas áreas “só atrapalham” o desenvolvimento econômico do estado.

Apesar dos recursos que foram e são disponibilizados para a manutenção e efetiva implantação dessas áreas, que são poucos em relação ao que seria necessário, a maioria delas carece de uma infra-estrutura adequada ao seu funcionamento, fiscalização e monitoramento em quantidade insuficiente ao necessário, estudos de alternativas econômicas para as populações tradicionais, que vivem em Reservas Extrativistas, pouco implantados, além do pouco envolvimento das comunidades do entorno na preservação dessas áreas.

A ação dos governos estaduais e federais, na maioria das vezes, é pontual, ou seja, destina-se a “apagar fogo”, tentando resolver problemas que já estão instalados. A sociedade civil organizada atua, também, através de denúncias e participação em operações de fiscalização, na manutenção da integridade dessas áreas, que, apesar de todos os esforços, do lado governamental e não governamental, continuam sofrendo ações predatórias que vem sendo repelidas, conforme ocorrem.

A colonização oficial no estado, a ocupação de áreas sem potencial agrícola, com posterior regularização fundiária, garimpos, a ação de pessoas que visam apenas o interesse pessoal, têm levado as Unidades de Conservação e Terras Indígenas a perda da sua biodiversidade, provocando danos irreparáveis a sua integridade, colocando em risco a nossa própria sobrevivência.

Ações de governo que esteja interessado na manutenção dessas áreas, em conjunto com atividades da sociedade civil organizada, podem levar a uma maior conscientização da população, principalmente do entorno destas áreas, e população tradicional, que acarretará uma conservação e preservação das Unidades de Conservação e uso racional e sustentável das Terras Indígenas, com apoio à sua população, respeitando-se os seus aspectos sociais e culturais.

Bibliografia consultada

AMARAL, J. Januário de Oliveira. *Os latifúndios do INCRA :A concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia*. Tese de doutorado. USP, São Paulo. 1999, 125 p.

BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia O. *Fronteira Amazônica*. Editoras UnB e UFRJ, 1985, sp.

BENITEZ, Ivo. *Legislação Ambiental de Rondônia*: Com as principais leis ambientais do Brasil e a legislação ambiental de Rondônia. Promotoria do Meio Ambiente e da Defesa dos Patrimônios Público, Histórico, Cultural e Artístico. Porto Velho, 2.000, 249 p.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. *Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil*: II Etapa. sl, 1982, 173 p.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 29ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1999. 248 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32ª ed. Rio de Janeiro. Record, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras. 2000. 220 p.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 13ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1970. 354 p.

Revista Horizonte Geográfico: A Emoção de Descobrir o mundo. Ed. Especial. Fundação Boticário de Proteção à Natureza. Sem ano, 46p.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*: estudos de antropologia da civilização. 9ª ed. Petrópolis, Vozes. 1987. 256 p.

RONDÔNIA, SEPLAN/PLANAFLORO/SEDAM. *Projeto de fiscalização preventiva para as Unidades de Conservação Estaduais, Federais e Terras Indígenas no Biênio 2001/2002*. Porto Velho, 2000.

_____, SEPLAN/PLANAFLORO/PNUD/BRA/94/007. *As Unidades de Conservação de Rondônia*. Porto Velho, 1998. 94 p.

SÁ, R. M. Lemos de & FERREIRA, L. *Áreas protegidas ou espaços ameaçados*: o grau de implementação e a vulnerabilidade das Unidades de Conservação Federais brasileiras de uso indireto. Brasília, DF. WWF Brasil, 2000, 32 p.